



BRAGANÇA PAULISTA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - SÃO PAULO

ENFERMEIRO JÚNIOR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio lógico
- ▶ Informática
- ▶ SUS e Políticas de Saúde
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 01/2026 - EDITAL 3



BÔNUS

ÁREA DO **CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



BRAGANÇA PAULISTA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
PAULISTA - SÃO PAULO

Enfermeiro Júnior

EDITAL N° 01/2026 - EDITAL 3

CÓD: SL-057MA-26
7908433297789

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais	7
2. Identificação de informações explícitas e implícitas; tema, finalidade, ideia central e ideias secundárias do texto	10
3. Relações de sentido entre palavras, expressões, frases e parágrafos	13
4. Inferência de sentidos a partir do contexto	15
5. Coesão e coerência textual; recursos de referenciação, substituição e retomada de ideias no texto	16
6. Sentido de palavras e expressões no contexto; sinonímia, antonímia, denotação e conotação em situações de uso	20
7. Efeitos de sentido produzidos pela pontuação	21
8. Emprego das classes de palavras na construção do sentido do texto	28
9. Concordância verbal e nominal em situações contextualizadas	35
10. Regência verbal e nominal em situações contextualizadas	39
11. Emprego da crase em situações contextualizadas	43
12. Emprego e colocação de pronomes na construção textual	45
13. Reescrita de frases e trechos, com manutenção do sentido original	46
14. Adequação da linguagem à finalidade do texto e à situação comunicativa	48

Matemática e Raciocínio lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e decimais; frações, números decimais	55
2. Porcentagens	66
3. Razão e proporção	68
4. Regra de três simples	70
5. Média aritmética simples	70
6. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos	71
7. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa, capacidade e tempo	78
8. Resolução de situações-problema	81
9. Sequências, padrões	84
10. Relações lógicas	86
11. Proposições simples	89
12. Raciocínio lógico aplicado a situações do cotidiano	96

Informática

1. Noções de sistema operacional Windows; área de trabalho, janelas, pastas, arquivos, atalhos e organização de documentos digitais	103
2. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, impressão e salvamento de documentos	125
3. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, gráficos e organização de dados	139
4. Navegação na internet; pesquisa de informações	154
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos e organização de mensagens	159
6. Arquivos em PDF	162

1. Armazenamento em nuvem	162
2. Noções de segurança da informação; senhas, vírus, golpes digitais, proteção de dados e uso responsável de recursos digitais no ambiente de trabalho	163

SUS e Políticas de Saúde

1. Saúde como direito social e dever do Estado	175
2. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde — SUS; universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação social; organização, direção e gestão do SUS	178
3. Ações e serviços públicos de saúde; redes de atenção à saúde; atenção primária à saúde; vigilância em saúde; promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde; educação em saúde; humanização do atendimento; trabalho em equipe multiprofissional; planejamento, controle, avaliação e regulação em saúde	185
4. Participação da comunidade e controle social; financiamento e responsabilidade dos entes federativos	189
5. Constituição Federal, artigos 196 a 200	192
6. Lei nº 8.080/1990	194
7. Lei nº 8.142/1990	205
8. Decreto nº 7.508/2011	206
9. Lei Complementar nº 141/2012	210

Conhecimentos Específicos Enfermeiro Júnior

1. Ética e legislação profissional de enfermagem. Resolução COFEN nº 564/2017 — Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem	221
2. Exercício profissional da enfermagem. Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987	229
3. Processo de Enfermagem	238
4. Consulta de enfermagem	238
5. Planejamento, organização, execução, supervisão e avaliação da assistência de enfermagem	241
6. Cuidados de enfermagem nos diferentes ciclos de vida. saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e da pessoa idosa	244
7. Assistência de enfermagem na atenção primária, ambulatorial e hospitalar	247
8. Saúde coletiva e programas de saúde pública	251
9. Educação em saúde	254
10. Vigilância em saúde	258
11. Imunização e rede de frio	259
12. Administração de medicamentos	266
13. Segurança do paciente	272
14. Prevenção e controle de infecções; biossegurança	278
15. Urgência e emergência	284
16. Curativos, sondas, drenos e cateteres	286
17. Registros de enfermagem	294
18. Liderança, supervisão e capacitação da equipe de enfermagem	296
19. Resolução COFEN nº 736/2024	299

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E DECIMAIS; FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

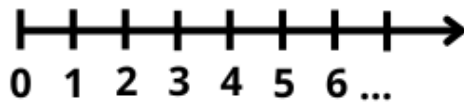
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

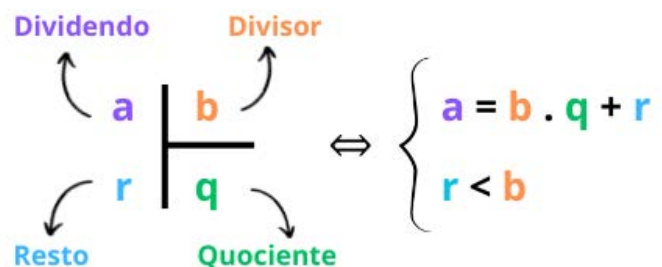
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$

- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

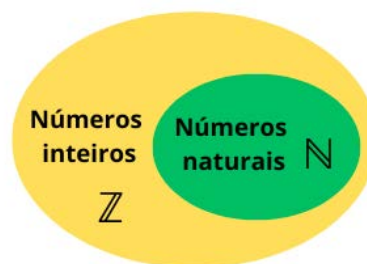
Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; ÁREA DE TRABALHO, JANELAS, PASTAS, ARQUIVOS, ATALHOS E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

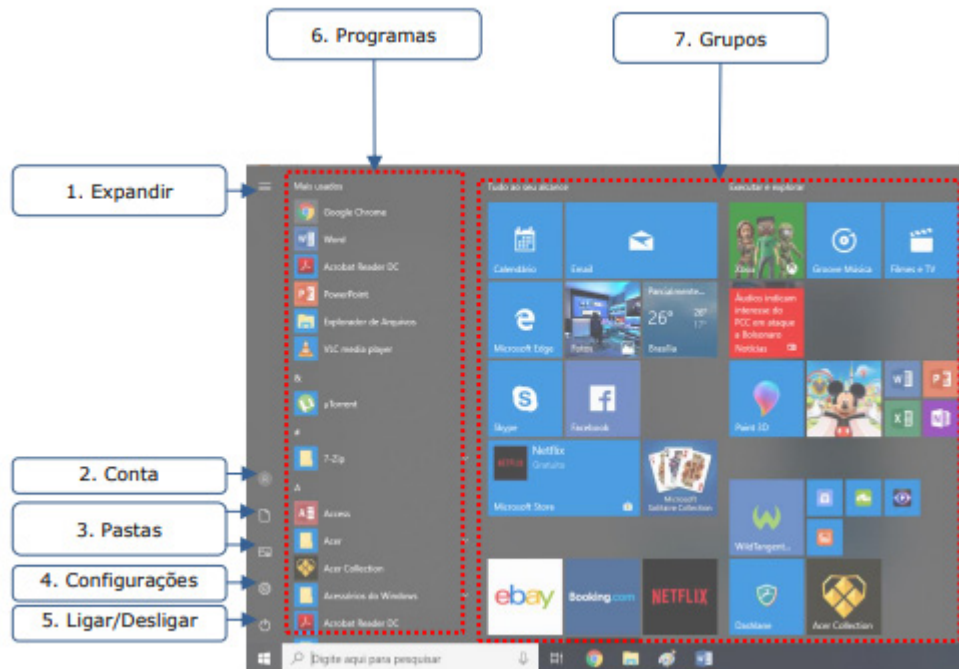
- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

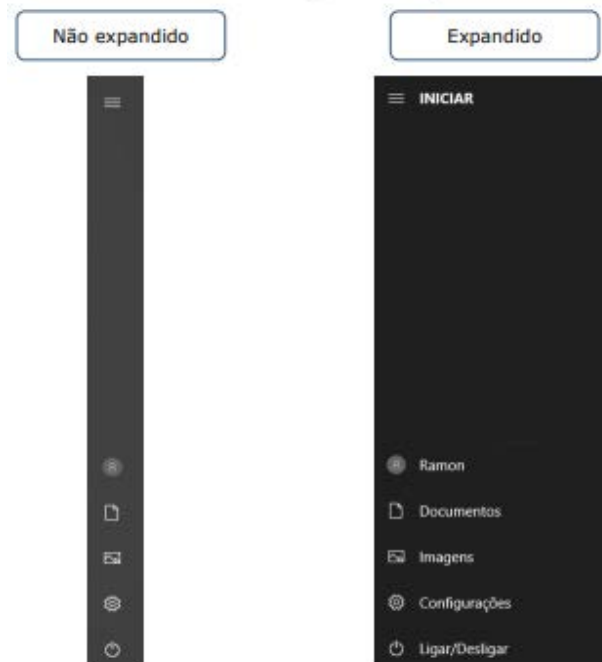
O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.

AMOSTRA



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.

SUS E POLÍTICAS DE SAÚDE

SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL E DEVER DO ESTADO

A saúde, no Brasil, é reconhecida como um direito social fundamental e como dever do Estado. Essa afirmação tem base direta na Constituição Federal de 1988, especialmente em dois dispositivos centrais: o artigo 6º, que inclui a saúde entre os direitos sociais, e o artigo 196, que estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Essa construção jurídica e política representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira no processo de redemocratização do país.

Antes da Constituição de 1988, o acesso à saúde pública no Brasil era limitado e excludente. Em grande parte, os serviços de assistência médica estavam vinculados à previdência social, ou seja, eram destinados principalmente aos trabalhadores formais que contribuíam para o sistema previdenciário. Aqueles que não tinham vínculo formal de trabalho dependiam de ações filantrópicas, caridade, serviços municipais precários ou pagamento direto por atendimento privado. Portanto, a saúde não era tratada como um direito universal de cidadania, mas como benefício ligado à condição de trabalhador contribuinte.

Com a Constituição de 1988, esse modelo foi profundamente transformado. A saúde passou a ser compreendida como direito de todas as pessoas, independentemente de renda, emprego, contribuição previdenciária, idade, gênero, território ou condição social. Essa mudança está diretamente relacionada ao movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que defendia uma concepção ampliada de saúde, associada às condições de vida, trabalho, moradia, alimentação, saneamento, educação, renda, lazer, meio ambiente e participação social.

A criação do Sistema Único de Saúde, o SUS, foi o principal instrumento para tornar esse direito possível na prática. O SUS não é apenas uma rede de hospitais, postos de saúde e serviços públicos. Ele é uma política pública de Estado, organizada para garantir acesso universal, integral e igualitário às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Por isso, em concursos públicos, é fundamental compreender que o direito à saúde não se resume ao atendimento médico individual. Ele envolve políticas sociais, econômicas, sanitárias, ambientais e educativas voltadas à melhoria das condições de vida da população.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO À SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico mais importante para a compreensão da saúde como direito social no Brasil. Ela não apenas reconhece a saúde como direito, mas também define as responsabilidades do Estado, as diretrizes do SUS e o papel da sociedade na formulação e fiscalização das políticas públicas.

O artigo 6º da Constituição inclui a saúde no conjunto dos direitos sociais, ao lado da educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Os direitos sociais são aqueles que exigem atuação positiva do Estado. Diferentemente de direitos que dependem apenas da abstenção estatal, os direitos sociais exigem políticas públicas, orçamento, planejamento, serviços, profissionais, infraestrutura e mecanismos de controle.

O artigo 196 é o dispositivo mais cobrado em provas. Ele afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, além do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esse artigo revela três ideias centrais.

A primeira é a universalidade. Quando a Constituição afirma que a saúde é “direito de todos”, ela rompe com a lógica seletiva anterior. Não importa se a pessoa contribuiu ou não para a previdência, se é brasileira ou estrangeira residente, se possui emprego formal ou está desempregada. O direito à saúde decorre da condição humana e da cidadania, não da capacidade de pagamento.

A segunda ideia é a responsabilidade do Estado. Ao dizer que a saúde é “dever do Estado”, a Constituição atribui ao poder público a obrigação de organizar políticas, financiar serviços, regular ações, formar profissionais, fiscalizar produtos e garantir acesso à população. Isso não significa que somente o Estado possa prestar serviços de saúde, mas significa que ele é o principal responsável por assegurar que o direito seja efetivado.

A terceira ideia é a concepção ampliada de saúde. O artigo 196 não fala apenas em tratamento de doenças. Ele menciona promoção, proteção e recuperação. Promoção da saúde envolve ações voltadas à melhoria das condições de vida, como alimentação adequada, atividade física, saneamento básico, educação em saúde e ambientes saudáveis. Proteção da saúde envolve ações de prevenção e vigilância, como vacinação, controle de surtos, fiscalização sanitária e prevenção de agravos. Recuperação da saúde refere-se ao cuidado assistencial, ao tratamento, à reabilitação e ao acompanhamento dos usuários.

O artigo 197 também é importante, pois afirma que as ações e serviços de saúde são de relevância pública. Isso quer dizer que, mesmo quando executados por instituições privadas, esses serviços estão sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público. A saúde, portanto, não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer, pois envolve interesse coletivo, dignidade humana e proteção da vida.

O artigo 198 define as diretrizes do SUS: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. A descentralização significa que a gestão do SUS é compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com direção única em cada esfera de governo. O atendimento integral significa que o sistema deve considerar o indivíduo em sua totalidade, articulando ações preventivas e curativas, individuais e coletivas. A participação da comunidade garante que a sociedade possa acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as políticas de saúde por meio de Conselhos e Conferências de Saúde.

Os artigos 199 e 200 completam essa base constitucional. O artigo 199 permite a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, mas de forma complementar ao SUS. Já o artigo 200 apresenta competências do SUS, como controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica; ordenar a formação de recursos humanos; participar da formulação da política de saneamento básico; fiscalizar alimentos, bebidas e produtos; e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

A SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL

Compreender a saúde como direito social significa reconhecer que ela depende de condições concretas de vida. Saúde não é apenas ausência de doença. Essa visão mais restrita, muito associada ao modelo biomédico tradicional, foi superada por uma concepção mais ampla, segundo a qual o processo saúde-doença é influenciado por fatores biológicos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos.

A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, expressa claramente essa concepção ao afirmar que a saúde tem como determinantes e condicionantes, entre outros fatores, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Isso significa que a saúde de uma população não depende apenas da existência de hospitais e médicos, mas também da forma como a sociedade organiza suas condições de vida.

Por exemplo, uma comunidade sem saneamento básico adequado estará mais exposta a doenças de veiculação hídrica, parasitoses, arboviroses e outros agravos. Uma população em situação de insegurança alimentar terá maior risco de desnutrição, anemia, obesidade, doenças crônicas e sofrimento mental. Trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas, ambientes insalubres e vínculos precários podem apresentar maior adoecimento físico e psíquico. Assim, o direito à saúde se conecta diretamente com outros direitos sociais.

Essa é uma característica muito importante para concursos: a saúde é um direito social interdependente. Ela se relaciona com educação, moradia, trabalho, assistência social, previdência,

segurança alimentar, meio ambiente e saneamento. Por isso, as políticas públicas de saúde precisam dialogar com outras políticas públicas. Essa articulação é chamada de intersetorialidade.

A dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, também se relaciona diretamente com o direito à saúde. Não há vida digna sem condições mínimas de cuidado, prevenção, assistência e proteção. A saúde é indispensável para o exercício de outros direitos, pois uma pessoa adoecida, sem acesso a tratamento, medicamentos, reabilitação ou acompanhamento adequado, tem sua liberdade, autonomia, capacidade de trabalho, convivência familiar e participação social profundamente afetadas.

Por essa razão, o direito à saúde possui uma dimensão individual e uma dimensão coletiva. Na dimensão individual, envolve o acesso de cada pessoa a consultas, exames, medicamentos, tratamentos, vacinas, cirurgias, reabilitação e demais cuidados necessários. Na dimensão coletiva, envolve vigilância epidemiológica, vacinação em massa, controle de epidemias, fiscalização sanitária, saúde ambiental, saúde do trabalhador, políticas de promoção da saúde e organização das redes de atenção.

O DEVER DO ESTADO NA GARANTIA DA SAÚDE

Quando a Constituição afirma que a saúde é dever do Estado, ela estabelece uma obrigação ampla e permanente. Esse dever não se limita a oferecer atendimento quando a pessoa já está doente. O Estado deve atuar antes, durante e depois do adoecimento, organizando políticas públicas capazes de reduzir riscos, prevenir agravos, promover qualidade de vida, tratar doenças e reabilitar pessoas.

Esse dever é cumprido por meio de políticas sociais e econômicas. A expressão é muito importante. A Constituição não diz que a saúde será garantida apenas por serviços médicos. Ela afirma que o direito à saúde depende de políticas sociais e econômicas que reduzam riscos. Isso significa que combater desigualdades, melhorar renda, ampliar saneamento, garantir alimentação adequada, promover educação e proteger o meio ambiente também são formas de proteger a saúde.

No SUS, esse dever é compartilhado entre os três níveis de governo. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem responsabilidades comuns na garantia do direito à saúde. A União atua principalmente na formulação de políticas nacionais, financiamento, coordenação geral, regulação e apoio técnico. Os estados coordenam regiões de saúde, organizam redes assistenciais e prestam serviços de maior complexidade. Os municípios são responsáveis por grande parte da execução direta das ações e serviços, especialmente na Atenção Primária à Saúde.

A descentralização permite que a política de saúde seja organizada mais próxima da realidade da população. O município, por estar mais próximo do território, consegue identificar necessidades locais, organizar unidades básicas, acompanhar famílias, executar campanhas e articular ações comunitárias. No entanto, a descentralização não significa abandono dos municípios pelos demais entes. O SUS é um sistema interfederativo, que depende de cooperação, pactuação e financiamento conjunto.

Outro ponto essencial é o financiamento. Não existe direito social efetivo sem orçamento público. O financiamento do SUS deve ser suficiente, estável e compatível com as necessidades da

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017 — CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

A ética é um conjunto de normas de condutas inerentes a uma sociedade, e que nas sociedades modernas, a partir da reflexão filosófica, ética ou filosofia moral, o conjunto de normas é racionalizado, isto é, são explicitados os valores e razões da sua validade¹.

Para instituir valores ou critérios éticos para o estabelecimento de normas morais, podem ser utilizados diferentes fundamentos, em relação à reflexão moderna sobre a ética.

Uma empresa, enquanto instituição social, e, no nosso caso, numa sociedade pluralista e democrática, pode também adotar diferentes critérios para definir seus valores éticos e, consequentemente, as normas de conduta que deverão ser respeitadas pelos que nela trabalham. Sua identidade, ou sua imagem, no entanto, depende dos critérios que adota e pratica, o que a tornará confiável ou não no meio social.

O mesmo raciocínio pode ser adotado em relação às pessoas que formam uma empresa, pois elas, enquanto sujeito ético, isto é, enquanto capazes de compreender as normas necessárias para o bom ambiente de trabalho e, consequentemente, de assumir voluntariamente uma postura em relação a essa empresa na qual decidiram ou conseguiram trabalhar, também podem, a partir de sua consciência e liberdade, adotar uma postura que não seja condizente com o que delas se espera.

POSTURA PROFISSIONAL

A ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão. Ou seja, é a conduta que o indivíduo deve observar em sua atividade, no sentido de valorizar a profissão ou atividade laboral e bem servir aos que dela dependem.

Esse aspecto da vida profissional é tão importante que as profissões regulamentadas criam um código de ética profissional, ou seja, um conjunto de normas que deverá ser observado pelas pessoas que exercerem a profissão. O código prevê, inclusive, penalidades para a não observância das normas, que podem culminar com a cassação do direito de exercer a profissão.

Os códigos de ética profissional também são chamados de códigos deontológicos, palavra que deriva do grego *deon*, que significa o que deve ser feito. O código deontológico é o conjunto dos deveres exigidos no exercício de uma determinada profissão, que se expressará em obrigações profissionais, ou seja, o que um profissional deve fazer e o que ele não pode fazer no exercício da profissão.

FORMAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL ÉTICO

Em geral, durante o processo de formação profissional, principalmente quando o estudante tem contato com o mundo do trabalho, ele toma conhecimento de que o perfil ético é um dos grandes critérios das empresas para a seleção de profissionais.

Por isso, é de fundamental importância que a escola ou o curso de formação profissional propicie ao candidato a uma nova vaga no mundo do trabalho uma formação sólida na área de ética.

Tal formação, no entanto, não pode se dar somente no nível teórico, mas, sobretudo no nível prático. É na condescendência ou não em relação aos comportamentos antiéticos do estudante, principalmente em relação às pequenas normas que fazem o dia a dia da escola e, por conseguinte, o dia a dia da formação, como por exemplo, a pontualidade, a assiduidade, a responsabilidade em relação aos prazos estabelecidos, o empenho nas tarefas empreendidas, a solidariedade com os colegas, que poderá se estruturar ou não uma base mais sólida de formação moral profissional.

O processo de formação é o momento de o aluno refletir e dialogar com colegas sobre as necessidades do mundo do trabalho.

O profissional ético é uma pessoa com uma formação técnica consolidada, mas, sobretudo, com uma formação moral adequada para exercer uma atividade laboral numa empresa, seja ela grande ou pequena, ou de forma autônoma. A formação técnica também é um dos elementos da formação ética, porque um profissional que se diz preparado, mas que não possui as habilidades necessárias para realizar uma tarefa, na realidade prejudica a si próprio, aos colegas e à empresa que o contratou.

A conduta ética dos profissionais de uma empresa poderá levá-los, por exemplo, a dizer não para um cliente, sempre que for necessário dizer não, mesmo que isso venha a desagradá-lo. Embora uma postura como essa possa fazer parecer que a empresa vai perder clientes ou fornecedores, isso se dará no curto prazo, porque no médio e longo prazo, se as decisões foram

¹ http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/guarapuava/eudcao_profissional/etica_prof2.pdf

ascertadas e tomadas a partir de critérios éticos, esses ou outros clientes ou fornecedores tenderão a ver na empresa uma coerência que possibilitará mais segurança e fidelização.

A conduta ética também não inibe a iniciativa e a criatividade dos funcionários. Ao contrário, um profissional ético tem condições de deliberar o que é bom para a organização em que trabalha e propor as inovações que considera importantes.

Em algumas situações, é óbvio que a cultura institucional pode não aceitar a postura do funcionário. Nesse caso, cabe uma avaliação criteriosa, por parte da pessoa que tem critérios éticos no seu agir, se realmente vale a pena trabalhar numa empresa na qual a cultura institucional não prima pela coerência ética.

A ÉTICA PROFISSIONAL

Os códigos de ética profissional, são normas criteriosamente estabelecidas pelos conselhos profissionais que regulam cada profissão, para que o exercício profissional em uma determinada área se pautem por razões bem definidas.

Em outras palavras, a ética profissional se constitui em princípios básicos que orientam o profissional para o exercício de uma profissão. Define o que ele pode fazer e o que ele não deve fazer.

Alguns desses princípios são comuns à maior parte dos Códigos de Ética Profissional. A seguir, destacamos alguns princípios afirmativos e outros restritivos, relacionados ao que o profissional deve fazer e o que o profissional não pode fazer no exercício da profissão.

A maioria dos códigos de ética determina que um profissional, ao exercer uma profissão, deve:

- primar pela honestidade, entendida como uma conduta exemplar, no sentido de respeitar as normas de trabalho e os valores definidos como positivos em nossa sociedade;
- executar seu trabalho procurando maximizar suas realizações, no sentido da busca constante da excelência. Ou seja, para ser ético, um profissional não pode nunca se acomodar e acreditar que já sabe tudo; ao contrário, deve buscar constantemente aperfeiçoamento de si próprio e da profissão que exerce;
- formar uma consciência profissional, isto é, agir em conformidade com os princípios que a profissão define como os corretos para a atividade que exerce;
- respeitar a dignidade da pessoa humana em si e nas relações que estabelece com colegas, com pessoas que recebem o serviço de sua profissão, etc. Neste princípio está implícita a ideia de que o profissional deve manter um tratamento respeitoso e educado com as pessoas com as quais se relaciona, com colegas de trabalho, com subordinados e superiores hierárquicos;
- ter lealdade profissional, ou seja, honrar a própria profissão ou a instituição na qual exerce a atividade laboral;
- manter sempre segredo profissional em relação a situações, informações e acontecimentos para os quais a atividade profissional exigir sigilo;

- ser discreto no exercício profissional. Por exemplo, a profissão ou situações profissionais não podem ser utilizadas para buscar fama instantânea através de sensacionalismo midiático;

- prestar contas aos superiores. É um dos pilares da ética profissional o dever da pessoa que exerce uma profissão de manter as situações de hierarquia imediata no ambiente de trabalho;

- seguir as normas administrativas da empresa na qual trabalha e principalmente as normas definidas para o exercício profissional.

Por outro lado, alguns comportamentos são considerados antiéticos, de tal forma que os códigos proíbem algumas condutas, entre elas:

- negar-se a colaborar com os colegas nas dependências da empresa para a qual trabalha;
- mentir e semear a discórdia entre os colegas de trabalho;
- utilizar informações privilegiadas conseguidas na atividade laboral para obter vantagens pessoais;
- fazer concorrência desleal, oferecendo seus serviços a preço abaixo do definido na profissão para prejudicar colegas;
- não realizar adequadamente seus serviços profissionais;
- ter conduta egoísta não transmitindo conhecimentos e experiências necessárias para o bom funcionamento do ambiente profissional;
- fazer publicações ou declarações indecorosas e inexatas.

Fazendo uma análise das orientações acima, verifica-se que todas elas têm como “razões” não a simples determinação de uma norma pela norma, mas a orientação do exercício profissional. No sentido de que o profissional, ao realizar sua função, deve primar por uma conduta que tenha como fim o aprimoramento do exercício profissional, a melhoria dos serviços para quem a profissão é destinada e, enfim, a melhoria ou aprimoramento da sociedade como um todo, a quem, em última instância, se destinam os serviços profissionais.

A Ética Profissional está relacionada à postura de uma pessoa, enquanto sujeito ético, isto é, enquanto capaz de compreender as normas necessárias para o bom ambiente de trabalho e, conseqüentemente, capaz de assumir voluntariamente uma postura ética no ambiente de trabalho.

A partir de sua consciência e liberdade, a pessoa poderá adotar uma postura que não seja condizente com o que dela se espera. Nesse caso estará construindo uma imagem profissional difícil de ser revertida.

É muito importante que o profissional tenha consciência do que está fazendo no exercício profissional e que tenha claros os critérios que estão orientando suas atividades laborais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!